

PODER JUDICIÁRIO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Concurso Público | Nível Superior

Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo a que concorre em cada página numerada deste caderno de provas.** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo que pertencente aos que já tenham terminado as provas.**
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a folha de texto definitivo da prova discursiva.**
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.**

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Em meio à multidão de milhares de manifestantes,
rapazes vestidos de preto e com a cabeça e o rosto cobertos por
capuzes ou capacetes caminham dispersos, tentando manter-se
4 incógnitos. A atitude muda quando encontram um alvo: um
cordão de isolamento policial, uma vitrine ou uma agência
bancária. Eles, então, agrupam-se e, armados com porretes,
7 pedras e garrafas de coquetel *molotov*, quebram, incendiam e
agridem. Quando a polícia reage, os vândalos voltam a se
misturar à massa de gente que protesta pacificamente, na
10 esperança de, com isso, provocar um tumulto e incitar outros
manifestantes a entrar no confronto. É a tática do *black bloc*
(bloco negro, em inglês), cujo uso se intensificou nos protestos
13 de rua que dominaram a Europa este ano. Quase sempre, a
minoridade violenta é formada por anarquistas — que, de seus
análogos do início do século XX, imitam os métodos violentos
16 e o ódio ao capitalismo e ao Estado.

Diogo Schelp. *In: Veja*, 22/12/2010 (com adaptações).

No que se refere aos aspectos morfosintáticos e semânticos do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 A palavra “análogos” (l.15) está sendo empregada com o sentido equivalente a **antecessores**.
- 2 O principal objetivo do texto é fazer uma comparação entre as estratégias de protesto do movimento anarquista do início do século XX e as do movimento anarquista dos dias de hoje.
- 3 Seria mantida a correção gramatical do texto caso fosse introduzida vírgula imediatamente após o trecho “rapazes vestidos de preto (...) capuzes ou capacetes” (l.2-3), isolando-o do restante da oração, já que esse trecho somente insere informação acessória sobre os manifestantes.
- 4 Os complementos elípticos das formas verbais “quebram” (l.7), “incendiam” (l.7) e “agridem” (l.8) possuem o mesmo referente no texto.
- 5 As formas verbais infinitivas “misturar” (l.9) e “provocar” (l.10) poderiam ser corretamente substituídas por suas formas flexionadas, **misturarem e provocarem**.
- 6 Nas linhas 9, 13 e 14, o elemento “que” possui, em todas as ocorrências, a propriedade de retomar palavras ou expressões que o antecedem.

1 O interesse fundamental do dono de escravos era obter destes o maior rendimento possível, visando ao maior lucro. Como maximizar a produção de um escravo? Imagine-se um caso simples: a produção consistiria em cavar buracos, e cada escravo poderia cavar, digamos, cinco buracos por hora. Para obter o máximo de produção, bastaria garantir que cada operário trabalhasse o maior número possível de horas. No caso da mão de obra escrava, esse objetivo poderia ser facilmente atingido por um feitor que organizasse e controlasse a produção. Pela coação do chicote, ele faria que os escravos trabalhassem o número de horas desejado, com a intensidade desejada. De fato, era comum que os escravos tivessem jornadas de trabalho próximas do máximo biológico — algo como dezoito horas —, nos engenhos e cafezais brasileiros, especialmente em picos de produção, como na colheita. Isso aponta para uma lógica do tratamento coercitivo. Pode ser difícil obter de um assalariado rendimento equivalente ao de um trabalhador escravo — a não ser mediante um salário tão alto que prejudicasse o lucro do patrão. Assim, em igualdade de condições, o trabalho escravo é mais produtivo que o trabalho livre, em determinados tipos de tarefa. A coerção garante esse resultado e tem, portanto, um significado econômico.

Flávio Versiani. *A lógica econômica do trabalho escravo*. *In: Darcy*, nov.-dez./2010, n.º 5 (com adaptações).

Acerca de aspectos estruturais e interpretativos do texto acima, julgue os itens 7 e 8.

7 O autor do texto argumenta que, sob certas condições, o trabalho livre poderia ser tão ou mais produtivo que o trabalho escravo.

8 A expressão “esse objetivo” (l.8) refere-se ao resultado final obtido por meio da maximização da produção de um escravo.

Brasília, 28 de janeiro de 2011.

Ao Sr. Chefe de Recursos Logísticos

Assunto: **Serviço completo de copa**

1 Solicito a Vossa Senhoria providenciar serviço completo de copa para servir doze pessoas em uma reunião de coordenação deste Departamento, a ser realizada no dia 2/2, terça-feira, das 16 h às 18 h 30 min, no Supremo Tribunal Militar, 7.º andar, sala 54.

2 Para obter informações adicionais, por favor, entrar em contato com Fernanda, no ramal 8662.

Atenciosamente,

[assinatura]

Renato Peixoto Magalhães

Chefe do Departamento de Psicologia

Considerando o documento hipotético acima e o estabelecido no **Manual de Redação da Presidência da República** acerca das comunicações oficiais, julgue os itens seguintes.

9 O conteúdo tratado no documento acima é adequado a um memorando, uma vez que veicula informações de caráter meramente administrativo e interno ao departamento.

10 O texto está adequado para um memorando no que diz respeito à forma porque, entre outras características, possui parágrafos numerados e identificação do destinatário exclusivamente pelo cargo que ocupa.

Com relação a Windows XP, Microsoft Office, Internet e *intranet*, julgue os itens a seguir.

- 11 Caso a última palavra digitada por usuário em arquivo composto no Word 2003 esteja incorreta, esse usuário poderá usar o recurso Desfazer, acessível no aplicativo, para corrigi-la.
- 12 A ferramenta Painel de controle do Windows XP não possui recursos capazes de adicionar impressora para imprimir documentos produzidos a partir de *software* instalado nesse sistema operacional.

Julgue os itens seguintes, acerca de correio eletrônico, do Outlook 2003 e do Internet Explorer 7.

- 13 O Outlook tem a capacidade de gerar arquivos de catálogo de endereços no formato .pab.
- 14 O Internet Explorer 7 não permite que o usuário se inscreva em um RSS *feeds*, procure notícias ou filtre a sua exibição.
- 15 Para o funcionamento de um serviço de correio eletrônico, são necessários cliente e servidor. A função do cliente de *email* é a de acesso do usuário a mensagens, e o servidor tem a função de envio, recebimento e manutenção das mensagens.
- 16 Um *firewall* pessoal instalado no computador do usuário impede que sua máquina seja infectada por qualquer tipo de vírus de computador.

Com relação ao Microsoft Excel, Internet Explorer (IE) e Microsoft Outlook, julgue os itens a seguir.

- 17 O navegador IE não permite aumentar ou reduzir o tamanho dos textos visualizados em uma página acessada na Internet.
- 18 No Excel, a função AGORA() permite obter a data e hora do sistema operacional.

Julgue os seguintes itens, relativos a atualidades no âmbito internacional.

- 19 Desde janeiro de 2010, quando um terremoto causou grande destruição no Haiti, o país é governado por um alto Comissário da Organização das Nações Unidas.
- 20 Entre as consequências da crise econômica dos Estados Unidos da América, inclui-se o fortalecimento do euro em relação às demais moedas, como se constata no reconhecimento dessa moeda, pelo Fundo Monetário Internacional, como referencial de valor nas transações comerciais internacionais.

Com referência a atualidades no âmbito nacional, julgue os itens a seguir.

- 21 Em 2010, Brasília completou 50 anos de idade e o Plano Piloto, traçado urbanístico de Oscar Niemeyer, foi tombado como patrimônio histórico da humanidade.
- 22 A inflação, no Brasil, em 2010, foi superior à de 2009.
- 23 No início de seu governo, a presidenta Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional medida provisória que estabelece a autonomia do Banco Central do Brasil.
- 24 Em dezembro de 2010, com o objetivo de incentivar o investimento de longo prazo do capital estrangeiro, o governo federal isentou o capital estrangeiro de pagar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido na compra de debêntures.
- 25 Como consequência da crise econômica internacional, o produto interno bruto brasileiro de 2010 permaneceu estagnado.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Julgue os itens a seguir, relativos às circunscrições judiciárias militares e ao Superior Tribunal Militar (STM).

- 26 Caso juiz-auditor de uma circunscrição judiciária militar invada assuntos de competência do STM, esta Corte pode restabelecer sua competência, mediante advocatária.
- 27 Caso uma militar das Forças Armadas, que resida no estado de São Paulo, cometa infração penal militar no estado de Sergipe, a autoridade judiciária competente para processá-la e julgá-la será a do local de sua residência.
- 28 Os requisitos para a nomeação de um oficial-general do Exército brasileiro como ministro do STM pelo presidente da República incluem: ser da ativa, estar no posto mais elevado da carreira dessa força, além de possuir aprovação das duas Casas do Congresso Nacional, em sessão conjunta.

No que se refere aos órgãos de primeira instância da justiça militar, julgue os itens a seguir.

- 29 Caso um oficial superior e um sargento sejam acusados do mesmo crime militar, por coautoria, o correspondente processo deverá tramitar perante o mesmo conselho especial de justiça, a despeito da diferença hierárquica existente entre os militares.
- 30 Compete ao juiz-auditor decidir acerca de livramento condicional.

Acerca das circunscrições judiciárias militares e da competência do STM, julgue os itens a seguir.

- 31 Caso o presidente do STM cometa algum ato que enseje a impetração de mandado de segurança, esse mandado deverá ser processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- 32 Considere que determinado advogado tenha apresentado representação no STM sobre assunto de interesse da justiça militar. Considere, ainda, que, em sessão plenária que contava com a presença de oito ministros, sendo seis militares e dois civis, o tribunal tenha decidido desfavoravelmente ao pedido formulado. Nessa situação, a corte castrense não atendeu ao *quorum* mínimo legal para decidir sobre a representação.
- 33 Soldado do Exército que cometer crime militar no estado do Amapá deverá ser processado e julgado pela 12.^a Circunscrição Judiciária Militar.

Em relação aos órgãos de primeira instância da justiça militar, julgue os itens a seguir.

- 34 Um capitão da Força Aérea Brasileira que esteja realizando curso de aperfeiçoamento não pode integrar relação para sorteio de juiz militar.
- 35 Uma das atribuições do juiz-auditor corregedor é proceder às correições, inclusive, às de processos findos.

Julgue os itens seguintes, referentes ao Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

- 36 É permitido ao servidor do STM manter sob a sua subordinação hierárquica um primo.
- 37 Servidor do STM que exerça cargo em comissão classificado como CJ-1, ao realizar transferência patrimonial para um filho, deverá informá-la à comissão de ética da Justiça Militar da União.
- 38 A ausência de publicidade nos atos administrativos enseja, necessariamente, comprometimento ético.
- 39 Servidor do STM que exerce sua função de forma estranha à finalidade pública não contraria dever fundamental, caso siga as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.

Julgue os próximos itens, a respeito da comissão de ética da justiça militar da União.

- 40 Os integrantes da comissão de ética deverão, durante o desempenho das atividades de membro da comissão, se afastar do exercício de outras funções.
- 41 Membro da comissão de ética que venha a ser indiciado civilmente deverá ser automaticamente excluído da comissão.

Julgue os itens a seguir, acerca do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

- 42 O servidor do STM que venha a denunciar desvio ético de um colega do tribunal, caso deseje, terá sua identidade preservada, mesmo que essa informação seja solicitada, formalmente, pelo denunciado ao presidente da comissão de ética.
- 43 Aos servidores do STM é vedado o recebimento de presente de pessoa estranha ao seu círculo familiar ou social, salvo se o custo deste for inferior a R\$ 100,00.
- 44 Ao encaminhar um processo que acredite estar mal fundamentado, o servidor do protocolo do STM deve abster-se de modificar o teor do documento, ainda que vise melhorar o entendimento do magistrado.
- 45 As atividades públicas das autoridades investidas na justiça militar da União são objeto de atenção do código de ética, mas suas atividades privadas, como, por exemplo, o apoio a uma instituição privada que não receba recursos públicos, não estão sujeitas a tal diligência.

Com base no regime jurídico dos servidores públicos civis da União e na Lei n.º 11.416/2006, julgue os itens a seguir.

- 46 Considere a seguinte situação hipotética.
Paulo tomou posse, pela primeira vez, em cargo efetivo no âmbito da administração pública direta da União, em fevereiro de 2008, e, em março de 2010, requereu a concessão de afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.
Nessa situação, Paulo poderá ser afastado sem perda de remuneração.
- 47 Considere a seguinte situação hipotética.
João, servidor público estável e detentor de cargo efetivo, aposentou-se voluntariamente em 5/10/2006, quando tinha 68 anos de idade, e, em 10/6/2009, requereu a sua reversão a cargo vago no serviço público, visto que era estável e sua aposentadoria havia ocorrido nos últimos cinco anos.
Nessa situação hipotética, João não poderá retornar à atividade no interesse da administração.

Julgue os itens subsequentes, relativos a licitação.

- 48 A aquisição de bens e serviços mediante registro de preços deve ser realizada por meio de tomada de preços ou convite, conforme o valor do bem ou serviço.
- 49 Considerando-se que um bem imóvel tenha sido recebido pela União como forma de pagamento de dívida de particular, é correto afirmar que a alienação desse bem poderá ocorrer por meio de dispensa de licitação.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

- 50 As contas do STM devem ser apresentadas ao Congresso Nacional pelo seu presidente.
- 51 Para que uma ação governamental, acarretadora de aumento de despesa, em razão de ter sido expandida, não seja considerada irregular ou lesiva ao patrimônio, ela deve, entre outras exigências, ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro relativa ao exercício em que entrará em vigor e aos dois subsequentes.

Acerca da organização do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 52 No âmbito da legislação concorrente, a superveniência de lei federal sobre matéria acerca de normas gerais revoga a legislação estadual existente.
- 53 Compete privativamente à União legislar sobre matéria de direito penal, contudo, poderá ela, por meio de lei complementar, autorizar os estados-membros a legislar sobre questões específicas dessa matéria, relacionadas na Constituição Federal de 1988.

Julgue os itens seguintes, referentes ao Poder Judiciário.

- 54 Compete privativamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhar projeto de lei dispendo sobre a criação de circunscrição judiciária militar.
- 55 Consoante dispositivos da Constituição Federal de 1988, o STM deve compor-se de quinze ministros vitalícios, escolhidos pelo presidente da República, sendo cinco deles civis, dos quais três devem ser escolhidos entre advogados e dois entre juizes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

A respeito de direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- 56 A execução de tarefas de suporte técnico e administrativo é atribuição de ocupante de cargo de técnico judiciário.
- 57 A contratação do arquiteto Oscar Niemeyer para realizar um projeto arquitetônico em Brasília é um exemplo de situação que enseja dispensa de licitação.
- 58 Se um servidor público federal intimado, em processo administrativo, a solicitar ou apresentar provas a seu favor não atender à intimação nem fizer nenhum requerimento, ficará configurado o reconhecimento da verdade dos fatos contra ele imputados.

Acerca de direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 59 As liberdades individuais garantidas na Constituição Federal de 1988 não possuem caráter absoluto.
- 60 Juiz do trabalho em exercício na comarca de Goiânia que cometer crime comum deverá ser julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.